

A INFLUÊNCIA DA RENDA E DOS PROCESSOS DE GESTÃO PARA A REDUÇÃO DA ROTATIVIDADE EM UMA COOPERATIVA DE CATADORAS E CATADORES NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

THE INFLUENCE OF INCOME AND MANAGEMENT PROCESSES FOR THE REDUCTION OF TURNOVER IN A COLLECTORS' COOPERATIVE IN THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL

LA INFLUENCIA DE LOS INGRESOS Y LOS PROCESOS DE GESTIÓN PARA LA REDUCCIÓN DE LA FACTURACIÓN EN UNA COOPERATIVA DE COLECCIONISTAS DEL SUR DE RIO GRANDE DO SUL

Marcia Borges UMPIERRE¹

Melissa Duarte ORESTES²

Liandra Peres CALDASSO³

Resumo: O trabalho em uma cooperativa é desafiador, pois além de realizar as atividades a qual a cooperativa se propõe ainda deve realizar a sua gestão. Ao considerar o setor da reciclagem, o desafio é maior ainda, visto que as pessoas que constituem esses empreendimentos normalmente estão à margem da sociedade e possuem demandas imediatas, que exigem processos simplificados para que a cooperativa atinja os seus objetivos. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo verificar os fatores que levaram a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul. Para tanto, analisou-se a cooperativa durante seis anos. A cooperativa é um empreendimento incubado na INEESOL da FURG, e no decorrer dos anos de incubação passou por diversas situações, desde o aprimoramento dos processos de gestão administrativa, financeira, e do setor produtivo. Os resultados apontam que os motivos pelos quais atualmente a rotatividade na cooperativa é praticamente inexistente são um incremento na renda em mais de 500%, resultando em maior qualidade de vida tanto do cooperado como de seus familiares, o acesso a todas as informações financeiras e a participação efetiva nos processos decisórios.

Palavras-chave: Economia Solidária, Reciclagem Popular, Rotatividade.

¹ Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA). Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mbumpierre@furg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8372-931X>

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: melissaorestes@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5026-590X>

³ Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: liandra.caldasso@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6042-0985>

INTRODUÇÃO

Os desafios do trabalho associativo e ou cooperado são muitos, mas quando relacionamos isso a gestão de empreendimento de grupos populares que vivem em situação de vulnerabilidade socioambiental esses desafios são maiores ainda.

Visto que a vida em uma sociedade voltada para o consumo e para o ganho imediato, e ainda que está habituada a receber ordem, ou seja, uma sociedade que está habituada a ser mandada por meio de relações de trabalho de empregado e empregador, fazem com que uma organização que proponha a geração de renda por meio de trabalho associativo e autogestionado tenha desafios não apenas de gestão como estamos acostumados em empresas tradicionais, mas com o agravante de a necessidade de mudar a cultura de um grupo, e essa mudança de cultura não acontece de um curto espaço de tempo, são necessários alguns anos para que isso passe a fazer parte do cotidiano de um grupo.

Considerando essa temática relacionada aos sujeitos da presente pesquisa, verificamos uma grande quantidade de pesquisa que abordam a reciclagem popular, a gestão de empreendimentos de economia solidária, como, por exemplo, Oliveira, Azevedo e Araújo (2014), Santos, Deus e Battistelle (2018), Sousa, Pereira e Calbino (2021) e Santos (2022). Esses estudos apresentam os desafios, problemas e limites que existem na implementação, bem como para a gestão de cooperativas/associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Desse modo, a presente pesquisa visa verificar os fatores que levaram à redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul, levando em consideração o trabalho desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária da Universidade Federal do Rio Grande da FURG (INEESOL), desde o ano de 2016, ainda por meio de um projeto de extensão universitária, junto a uma associação/cooperativa de catadoras e catadores de um município no interior do Rio Grande do Sul.

Para a realização desta pesquisa temos como pressupostos a relação de consumo na sociedade capitalista, a vulnerabilidade socioambiental e a precarização do trabalho dos catadores e das catadoras. Sobre a lógica consumista do sistema do capital, Fontenelle (2014), descreve que tem sua verdade apoiada na ilusão, e o consumo como o grande organizador social dessa ilusão. Essa ilusão não é nova, pois vem desde a Revolução Industrial, quando foram desenvolvidas diferentes estratégias de mercado para que fosse moldada uma cultura movida pelo desejo de consumir, e com o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias, essa sede pelo consumo só se agrava. E com o consumo no sistema do capital, uma das consequências é a

quantidade de materiais que são descartados com muita intensidade, o que gera uma grande quantidade de materiais descartados na natureza.

Com relação à vulnerabilidade socioambiental e a precarização do trabalho dos catadores e das catadoras levamos em conta que os catadores e as catadoras de materiais reciclados normalmente são pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, em sua grande maioria constituem-se por pessoas desempregadas, seja pela sua idade, condição social ou baixa escolaridade, e não encontram mais lugar no mercado de trabalho formal, adicionalmente são homens e mulheres com histórias de vida muitas vezes assinaladas pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito, que vêm no lixo um objeto de demanda social. Em função da desigualdade social, são pessoas com baixa escolaridade e com dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal, e vêm na reciclagem uma fonte de renda para sobreviver (KIRCHNER; SAIDELLES; STUMM, 2009).

Neste sentido, catação de material reciclável tem sido fundamental para a geração e renda de mais de 300 mil pessoas em todo o Brasil, segundo Lisboa (2013), podendo chegar a 1,4 milhões de pessoas que vivem do lixo. Devemos levar em consideração que esses dados apresentam uma defasagem de 10 anos, e com a pandemia e a crise econômica do capital esses números podem ser maiores.

Mas, quando pensamos em reciclagem, precisamos pensar em toda a cadeia produtiva. Por meio da Lei 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), essas questões passaram para o centro do debate. Esta Lei, além de exigir a eliminação e recuperação de lixões até o ano de 2024 para municípios com até 50.000 habitantes, visa associar essas ações à inclusão social e à emancipação econômica de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. É importante destacar que essa conquista foi por meio de luta e mobilização do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR).

Este estudo foi realizado por meio de um projeto de extensão iniciado em 2016, por professoras do curso de tecnologia em gestão de cooperativas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no Campus São Lourenço do Sul. Este projeto previa o fortalecimento de uma associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis de um município da região sul do Rio Grande do Sul. O projeto ainda se encontra em funcionamento, e atualmente essa associação/cooperativa é um empreendimento incubado na INEESOL, e no decorrer desses anos os objetivos vêm sendo atualizados, visando o desenvolvimento do empreendimento, bem como dos associados e das associadas.

Sendo assim, essa pesquisa é um recorte do trabalho elaborado, mas apresenta reflexões sobre a forma e o funcionamento do empreendimento desde que começamos a acompanhar.

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>



Para esse estudo utilizou-se o método indutivo, por meio de uma pesquisa descritiva e de caráter qualitativo. Desta forma, o recorte de tempo é de 7 anos (2016 a 2022), e foram levados em consideração a observação participante dos membros da equipe da INEESOL que atua junto ao grupo, documentos que tratam da organização financeira e de gestão do empreendimento, bem como o diálogo junto os catadores e catadoras da cooperativa, que estão relacionados com a temática da presente pesquisa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Para iniciarmos a discussão sobre a geração do trabalho e da renda, precisamos partir da lógica do trabalho que, segundo Marx (2010), é a objetivação da vida genérica dos seres humanos, visto que a análise parte da nossa relação com a natureza, nos processos de consciência intelectual e operativa, possibilitando um mundo criado por eles. Porém, o autor destaca que quando somos apartados da relação natureza-trabalho, somos cooptados pelo trabalho estranhado, na qual nos iguala a condição dos animais, visto que passamos a ser objeto de acúmulo de riqueza para o capital.

Neste sentido, o trabalho é fundamental, mas no sistema do capital o trabalho é alienado, ou seja, os seres humanos para sobreviverem necessitam vender sua força de trabalho para então obter dinheiro, e com isso poderem viver. Sendo assim, somos apartados da nossa natureza e condicionados a trabalhar nas condições de alienação, que é caracterizada por realizar atividades ou funções que não fazem parte do nosso cotidiano natural, mas que passamos a fazer apenas para atender os interesses do capital (MARX, 2010).

Buscar forma de obter renda no sistema do capital é um dos grandes desafios dos trabalhadores e das trabalhadoras, pois ficamos reféns do que o mercado nos dispõe, e muitas vezes nos colocam em situação de trabalho precarizado, considerando a lógica neoliberal, que vem retirando direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras em todo o mundo, e conseqüentemente levando inúmeras pessoas à realização de trabalhos informais, em situações de risco e insalubres, e com salários cada vez menores.

Essa é uma realidade muito presente no Brasil, e inúmeros pesquisadores vêm buscando e pesquisando formas para minimizar os impactos da exploração da mão-de-obra, bem como buscando outras formas de gerar renda para os trabalhadores e as trabalhadoras que se diferenciem da forma tradicional de obtenção de renda por meio de trabalho assalariado. Singer (2002) destaca que o trabalho associativo

possibilita a geração de renda aos trabalhadores e às trabalhadoras reduzindo os níveis de exploração, visto que os próprios trabalhadores e trabalhadoras devem ser organizar por meios de associações e ou cooperativas, para gerir o seu empreendimento e conseqüentemente gerar renda.

Esses empreendimentos devem estar inseridos dentro da lógica da economia solidária, que segundo Cunha (2003) pode ser entendida como forma de resistência dos setores populares à crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social, pois tende a auxiliar de forma emergencial e imediata, contando com um potencial de transformação social. Ela pode ser vista como um empreendimento que atende às necessidades materiais, mas também é uma opção ideológica.

Singer (2018) fala que o conceito de Economia Solidária refere-se à organização de produtores, consumidores, poupadores, entre outros, e possibilita ainda:

- a) estimular a solidariedade entre os membros por meio da prática da autogestão;
- b) praticar a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

O autor relata ainda que, por meio da autogestão, há a igualdade de direitos entre todos os membros da organização, tanto nas questões organizativas quanto nas financeiras. Com relação à prática da solidariedade, o autor entende que ela ocorre em função de esses empreendimentos priorizarem a organização de pessoas desempregadas, trabalhadores em vias de perder seus empregos diante de crises enfrentadas pelas empresas que os assalariam e pobres em geral.

Melo (2012) apresenta uma reflexão que vai nos auxiliar na compreensão de como a geração de renda por meio do trabalho associativo e autogestionário pode ser uma forma liberação dores trabalhadores e das trabalhadoras de algumas amarras do sistema do capital. O Quadro 1 apresenta autores que são defensores da Economia Solidária.

Quadro 1: Autores defensores da Economia Solidária

Autores defensores a Economia Solidária	
Nome	O que falam
Laville (2009)	As ações não se desenvolvem exclusivamente a partir dos princípios de reciprocidade: elas também seriam pautadas pela busca de recursos monetários. Nesse sentido, a economia solidária seria responsável por religar o econômico ao social.
Coraggio (1997)	O autor fala de desenvolvermos uma Economia do Trabalho e com isso deve buscar satisfazer as necessidades para sobrevivência, mas deve ainda ampliar capacidades e oportunidades sociais das pessoas e, também contribuir para melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida.
Singer (2002)	O autor entende que as práticas de autogestão e de cooperação desenvolvidas no interior dos empreendimentos solidários são capazes de modificar o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Neste sentido, é possível retomar a unidade entre posse e meios de produção, a partir da qual o trabalhador não estaria mais separado do produto de seu trabalho.

Fonte: Elaboração própria com base em Melo (2012). Os autores citados no Quadro estão referenciados em Melo (2012).

Ao analisarmos o Quadro 1, podemos verificar que apesar de os autores não pensarem da mesma forma, apresentam elementos que se complementam, e nos permitem compreender a amplitude que devemos buscar quando atuamos e ou assessoramos grupo de economia solidária. Precisamos trabalhar para entender como essa economia do trabalho pode romper com a lógica do capital e ainda as formas de desalienação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

No Quadro 2 apresentamos autores que se apresentam como críticos da Economia Solidária.

Quadro 2: Autores críticos à Economia Solidária

Autores críticos a Economia Solidária	
Nome	O que falam
Quijano (2002)	Entende que experiências solidárias tendem a se difundir em momentos de crise do Capitalismo, para logo depois, desaparecer em virtude das inúmeras dificuldades que enfrentam para sobreviver. Sendo assim, para ele, tais iniciativas são entendidas como experiências efêmeras, provisórias e fugazes, destituídas de valor social.
Kasmir (1996)	A autora a dificuldade de os trabalhadores terem efetivamente o poder de decisão, pois há uma distância entre trabalhadores e administradores do empreendimento. Onde o discurso de cooperação e autogestão pode encobrir relações de trabalho, que opõe trabalhadores e gestores.
Antunes (2009)	O autor entende que essas iniciativas solidárias são mecanismos de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado for mal de trabalho, com isso esses atores sociais não se vêm como excluídos e/ou desempregados, mas como trabalhadores capazes de organizar ações efetivas dotadas de sentido social. Destaca ainda que as atividades desenvolvidas por esses homens e mulheres são necessárias para o sistema, sendo assim são ações que tendem a substituir formas mais radicais e profundas para sociedade, tornando assim o sistema do capital mais palatável. “Em sua versão mais branda e adaptada à ordem, pretendem evitar as transformações capazes de eliminar o capital”
Castel (1995)	O autor entende que é uma alternativa efetiva ao modo capitalista de produção diante da crise da sociedade salarial. Mas, entender que essas iniciativas são limitadas, pois são como “jazigos de emprego” pontuais e incipientes do que alternativas de integração social.

Fonte: Elaboração própria com base em Melo (2012). Os autores citados no Quadro estão referenciados em Melo (2012).

O Quadro 2 evidencia 4 autores que apresentam críticas à economia solidária, e que nos permitem analisar os percursos percorridos até aqui, para que nós pesquisadores e extensionistas que atuam junto a empreendimentos de economia solidária possamos nos aprimorar e com isso auxiliar os grupos da melhor forma possível.

Quijano (2002), Kasmir (1996) e Castel (1995) (apud MELO, 2012) evidenciam que esses processos são sazonais e tendem a ocorrer em momentos de crise do capital. Já Antunes (2009 apud MELO, 2012) apresenta outros elementos que devemos pensar se realmente queremos romper com a lógica do capital.

Considerando esse contexto, Meszáros (2016) pode nos ajudar quando descreve que a alienação é um conceito eminentemente histórico, pois, se o ser humano está alienado, deve ter sido alienado de algo. Com isso, precisamos encontrar formas que possibilitem o processo de desalienação. Nesse contexto, o autor declara que “a ‘transcendência da alienação’ é um conceito inerentemente histórico, que visa

à execução bem-sucedida de um processo que leva a um estado de coisas qualitativamente diferente” (MESZÁROS, 2016, p. 40).

Os fatores aqui abordados remetem-nos a buscar formas que atuem para a ruptura do sistema do capital. Sabemos que não é uma tarefa fácil, visto que o sistema do capital é a ordem sociometabólica vigente e mudar essa ordem exigirá, de todos nós, muita persistência e esperança. Entretanto, não nos referimos à esperança de um cruzar de braços e esperar, mas sim de movimentarmos com esperança enquanto lutamos, e se lutamos com esperança, esperamos (FREIRE, 2019).

1.2 Reciclagem Popular

A reciclagem popular possibilita melhorar a qualidade de vida das pessoas que sobrevivem do ofício de recolher das ruas e dos lixões de materiais descartados pela população, mas que possuem valor comercial, pois podem ser reutilizados ou reciclados, sendo assim há um estímulo ao trabalho associado nessa atividade (KIRCHNER *et. al.*, 2009).

Na década de 1990, começam a surgir campanhas de coleta seletiva e inclusão de catadores, principalmente em razão de políticas e ações no gerenciamento de resíduos. E com isso o surgimento de associações e cooperativas mostraram-se uma forma eficaz para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes, além de ser a principal estratégia de organização econômica desses trabalhadores(as) em todo o território nacional (PINHEL, 2013).

Isso ocorre, pois o trabalho associativo permite que estes deixem de realizar um trabalho informal e possibilita a ação coletiva, que gera processo de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores (FERRARINI; VERONESE, 2010). Por se encontrarem organizados, estas iniciativas somam forças para consolidar relações de mercado diferenciadas, promovendo uma melhoria na comercialização do material reciclável para os aparistas/sucateiros/atravesadores (SILVA, 2017). Porém, a situação atual das cooperativas e associações de catadores, salvo algumas exceções, é ainda bastante precária. Para o autor, essa precarização do trabalho vai além das questões ligadas aos direitos trabalhistas, visto que os catadores continuam vulneráveis, porque as indústrias que compram recicláveis são poucas e exigem grandes volumes para negociar, com isso o maior valor proporcionado pela reciclagem do resíduo fica com o sucateiro (intermediário), que impõe o preço dos produtos recicláveis às cooperativas pela força de mercado (PINHEL, 2013).

Zanin e Guitierrez (2011) descrevem que os(as) catadores(as) estão inseridos em uma circunstância que chama de invisibilidade pública, ou seja, uma condição

de excluído ou invisível e que não é resultante da vontade individual, mas da ruptura dos vínculos sociais, e com constituição de grupos organizados, isso tende a mudar.

Nos últimos anos, ainda que com pequena visibilidade, os catadores(as) de materiais recicláveis no país têm buscado se consolidar como categoria, e a melhoria de sua situação econômica e social, e mostrar para a população sua importância perante a sociedade (PINHEL, 2013). Isso tudo pode acontecer, principalmente após o surgimento do MNCR, em 2001, um movimento social que tem por objetivo representar a categoria, pois busca o protagonismo popular da classe, historicamente oprimida pela sociedade, tendo como “[...] princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome” (MNCR, 2021).

O MNCR proporcionou aos catadores (as) o processo de organização em espaços sociais e políticos que anteriormente não tinham participação desses sujeitos, isso só foi possível com um profundo trabalho de base, de formação, visando a sua organização e constituição enquanto sujeitos sociais e políticos. A partir desse momento, foram criados os primeiros instrumentos e táticas, com o intuito que os catadores (as) conseguissem levar adiante suas exigências e lutas por direitos (PINHEL, 2013).

Pinhel (2013, p. 27) descreve que

O surgimento do MNCR promoveu uma articulação sociopolítica dos catadores em prol do seu protagonismo, buscando garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva. Os catadores começam a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao envolvimento político de sua organização, que conseqüentemente promove modificações no seu perfil.

Dessa forma, a partir das articulações do MNCR, que ocorreram assim alguns avanços para essa classe de trabalhadores, frutos de trabalho de anos, com muito esforço, dedicação e organização, lutas essas, que possibilitaram a criação de políticas públicas para os catadores (as), forma de cada vez mais fortalecer a categoria (PINHEL, 2013). Dentre eles, foi o reconhecimento da profissão de catador, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), um documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos, além de descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, abordando habilidades complexas, que os(as) catadores(as) receberam do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o número 5192-05 como código de classificação da sua profissão, com as seguintes denominação: “catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata, separador de sucata, triador de sucata” (PINHEL, 2013, p. 28).

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>



Com isso os(as) catadores(as) se tornam o principal agente ambiental, pois conseguem diminuir os resíduos sólidos dos municípios em que estão inseridos, e conseguem de forma digna uma geração de renda.

1.3 Gestão de Empreendimentos de Economia Solidária

A gestão de qualquer empresa exige muito conhecimento por parte das pessoas responsáveis, e quando se trata de fazer a gestão de um empreendimento de economia solidária, a complexidade é maior ainda. Por esse motivo é muito importante que as pessoas que estão dispostas a atuar em uma associação e ou uma cooperativa tenha compreensão disso.

Esses empreendimentos devem desenvolver as atividades de modo cooperativo e democrático, e a autogestão surge como um dos temas principais. Essa autogestão não tem uma única fórmula, pois à medida em que o empreendimento vai se desenvolvendo, as características e a cultura organizacional vão se acentuando, e com isso vão surgindo as particularidades de cada grupo (VERONESE, 2011).

Outro fator importante é que não podemos esquecer que esse empreendimento está inserido no sistema do capital, e que atravessamentos vão surgir, principalmente, em iniciativas de grupos vulneráveis (associações ou cooperativas de catadores(as), pescadores(as) artesanais, entre outros). A grande maioria não possui capital inicial, como se vê na maioria das organizações capitalistas, e ainda não tem conhecimento para fazer a gestão desse tipo de empreendimento (SILVA, 2015).

Souza (2014) destaca ainda a alta rotatividade nesses empreendimentos, que por muitas vezes é composto por trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade socioambiental, com baixo nível de escolaridade que buscam uma renda imediata; muitos membros entram e saem constantemente, assim dificultando o bom desempenho do empreendimento.

Adicionalmente, estão acostumados a executar ordens de superiores (de cima para baixo), mas ao ingressarem num modo de trabalho cooperativo, eles adentram em outra relação de trabalho, e necessitam aprender outra forma de se organizar. Veronese e Scholz (2013) compreendem que aos poucos, trabalhado diariamente nesse novo processo, é possível que consigam ir deixando de lado, assim, conseqüentemente todos passam a ser responsáveis pela viabilidade do empreendimento, deste à produção à administração. Contudo, é um processo lento, os novos membros demandam ensinamentos para começarem seu trabalho, além disso, esses ensinamentos requerem tempo, o que pode impactar, momentaneamente, o ritmo da produção.

Ocasionalmente, o ambiente de trabalho tende a ser democrático, participativo e comunicativo, proporcionando troca de experiências e aprendizagem dos trabalhadores e das trabalhadoras. Ao longo do tempo, a tendência é que ocorra a diminuição da rotatividade na organização, o que por sua vez facilita a identificação de problemas e de soluções mais rápidas e assertivas. Além disso, permite a inserção de todos os integrantes nas diversas instâncias do empreendimento (PERREIRA, 2011, PINHEIRO; PAES DE PAULA, 2016).

Mas, para ter o conhecimento dos procedimentos de todas as etapas inerente ao empreendimento é necessário conhecer a dinâmica. Para que isso ocorra é necessário implementar um sistema de rodízio interno de funções. Além de ser um processo formativo, se torna uma tática para superar a forma hierárquica, principalmente na divisão do trabalho braçal e de gestão (VERONESE; SCHOLZ, 2013, PINHEIRO; PAES DE PAULA, 2016).

2. RESULTADOS

O empreendimento estudado é uma associação e em 2020 passou a ser também uma cooperativa e está localizada em um município de até 50.000 habitantes da região sul do Rio Grande do Sul. Realiza atividades de catação por meio de coleta seletiva em toda a zona urbana do município com um caminhão próprio (adquirido por meio de um edital de fomento), e recebe ainda os materiais recicláveis oriundos da zona rural. Possui um convênio junto à prefeitura municipal para a realização da coleta seletiva e para fazer a triagem em local cedido pelo município, bem como a destinação correta dos materiais recicláveis (comercialização) e do rejeito que é recolhido pela gestão municipal e então encaminhado para o aterro sanitário conveniado.

O projeto iniciou em 2016 com um diagnóstico para levantar as demandas do grupo, os problemas de gestão, a relação com a gestão municipal, os gargalos da comercialização, entre outras.

A partir do diagnóstico realizado, constatamos que a associação tinha problemas sérios de gestão, ao ponto de a administração ser feita apenas por uma pessoa, que não era da diretoria eleita, e a partir das falas dos associados e das associadas, isso já vinha de algum tempo. As informações não eram repassadas a todos e todas, ao ponto de os associados e as associadas não saberem o valor que recebiam do convênio com a prefeitura, e nem o valor das vendas dos materiais recicláveis.

Outro fator importante a ser destacado é que a aproximação da universidade com a associação ocorreu com a implementação do curso de tecnologia em gestão de cooperativas, e com a chegada das professoras no município e a aproximação com

o setor de economia solidária da gestão municipal. Desta forma, foram apresentadas algumas demandas e dentre elas estava a associação de catadores e de catadoras do município.

Diante desses fatores, destacamos que o processo de aproximação das professoras com o grupo da associação não foi fácil, pois a gestão municipal impôs à associação a necessidade de que permitissem que a universidade passasse a acompanhar o grupo, sob o risco de cancelar o convênio caso a gestão da associação não acatasse, visto que obrigações previstas no convênio não estavam sendo cumpridas, como, por exemplo, a prestação de contas mensal.

Quando começamos a assessorar o grupo, a renda mensal era de R\$ 150,00 a 200,00 e estavam em 18 associados, o tempo médio de permanência na associação era de 1 ano, sendo que para essa média não consideramos a pessoa que estava à frente da gestão da associação a mais de 5 anos.

De forma concomitante com a realização do diagnóstico, algumas oficinas foram realizadas com as associadas e os associados, sobre o que é a economia solidária e cooperativismo e sobre a forma de gestão de uma associação. Após realizamos uma oficina de planejamento, na qual as associadas e os associados deveriam apresentar seus sonhos da forma que conseguissem expressar, tanto para a associação, quando para a sua vida, e após fomos traçando metas para a associação.

Durante os 4 primeiros meses, algumas mudanças ocorreram, e a principal foi a saída da pessoa que até então era a responsável pela gestão da associação. Outra mudança foi a elaboração de um fluxo de caixa simplificado, que era preenchido mensalmente por uma das professoras da universidade a partir de todas as notas fiscais, recibos e outros documentos que tratavam da movimentação financeira da associação. Esses documentos eram colocados em um envelope e no final do mês eram entregues à professora que passou a fazer o fluxo, sempre acompanhada pela diretoria da associação, e após era impresso e apresentado em reunião para todos e todas associados(as).

Na parte operacional, foi verificado que o galpão tinha uma esteira elétrica, mas que não era utilizada, na verdade nem dava para enxergar, em função do volume de material que tinha acumulado dentro do galpão, visto que não havia a preocupação de destinação total dos materiais coletados, a ordem era separar apenas os materiais com mais valor de comercialização.

Após a oficina de planejamento, em reunião ficou decidido que seria feito um mutirão para limpeza e organização do galpão, bem como pensar em um *layout*⁴

⁴ Forma de organização e disposição das atividades (etapas de trabalho) realizadas dentro do galpão da associação.

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>

de trabalho para a associação. Com o mutirão de limpeza realizado, foram apresentadas outras experiências de cooperativas e associações de catadoras e catadores de diversos lugares do Brasil, e o grupo definiu qual seria a forma como gostaria de trabalhar, a partir do que observaram e de como entendiam ser o mais adequado para a associação.

Outro fator trabalhado foi a forma de enfardamento dos materiais, bem como um levantamento de possíveis compradores dos materiais recicláveis trabalhados na associação. No que se refere ao enfardamento, foram estudadas formas de separação e de tipos de fardos que possibilitavam um maior valor de comercialização. E com relação à venda dos materiais, foi apresentada a proposta de vender por tipo de materiais, e tentar juntar uma maior quantidade (dentro da capacidade de armazenamento do galpão), tendo assim um maior poder de negociação com os compradores.

Essa reorganização levou mais de 4 meses, e no decorrer desse tempo houve a troca de gestão na prefeitura municipal, que ocasionou a denúncias e demandas por parte da nova gestão que levou à suspensão das atividades da associação por 3 meses, deixando os associados e as associadas sem renda. A reabertura da associação se deu após solicitação por parte da universidade ao Ministério Público que fizesse a intervenção junto à gestão municipal para que regularizasse a situação da associação para a sua reabertura.

Passado esse processo, 15 associados retornaram às atividades na associação, com a votação de uma nova diretoria, e decidiu-se pelo seguimento das ações que vinham sendo desenvolvidas antes da suspensão das atividades. Um processo lento, com baixa remuneração e com um índice de rotatividade alto.

Outra ação desenvolvida pela equipe da universidade foi a apresentação à associação de uma rede de associações/cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis da região Sul do RS, após um bom debate e tempo para que fossem se conhecendo, a associação decidiu começar a fazer parte da rede de comercialização, o que propiciou efetivara comercialização dos materiais com um valor melhor do que quando comercializavam individualmente.

Destacamos ainda que essa relação com a rede propiciou uma melhoria nos valores dos materiais para a associação estudada, mas em volumes gerais, propiciou uma elevação de valores maiores para as demais associações e cooperativas, visto que o volume de materiais recolhidos e enfardados pela associação incubada equivalia ao volume total das outras 4 associações e cooperativas que já faziam parte da rede.

A associação permaneceu na rede por 2 anos, e problemas de comunicação e de gestão da rede levaram à saída, não só a associação estudada, mas de outras associações. Mesmo o suporte e assessoria das universidades, não foram suficientes para minimizar os impactos na rede, pois a decisão sempre era dos grupos, respeitando os processos autogestionários e os princípios de economia solidária, de que as decisões são dos associados e das associadas.

Outro fator importante é que durante esses anos, outras 14 oficinas foram realizadas, desde aspectos gerais de gestão, como elaboração de atas e controles financeiros, revisão do regimento interno, elaboração do estatuto da cooperativa, elaboração de projetos, letramento digital, entre outras.

Até março de 2020, o acompanhamento da equipe da INEESOL era semanal e presencial, por meio das professoras e de bolsistas, durante esse período os controles financeiros que inicialmente foram realizados por uma professora da universidade, passaram a ser feitos pelos bolsistas, e após pelos associados e associadas que estavam responsáveis pela tesouraria da associação. Atualmente todas essas atividades são desenvolvidas pela direção da associação, e a incubadora tem atuado apenas no aperfeiçoamento dos controles e de demandas específicas.

Durante a pandemia, a associação não parou, ao contrário, segundo os relatórios de coleta e comercialização dos materiais o volume aumentou, e houve ainda um aumento no valor dos produtos comercializados, o que possibilitou o aumento da renda dos associados e das associadas. A Tabela 1 apresenta dados gerais sobre a associação.

Tabela 1: Dados da associação de 2016 a 2022

Ano	Renda Média Mensal	Quantidade de Associados(as)	Rotatividade	Volume de Material comercializado (t/mês) ⁵
2016	R\$ 175,00	18	8	14
2017	R\$ 250,00	15	10	14
2018	R\$ 600,00	15	6	18
2019	R\$ 800,00	13	3	20
2020	R\$ 1.200,00	13	2	23
2021	R\$ 2.000,00	13	1	23
2022	R\$ 2.000,00	13	2	22

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

5 t/mês – tonelada/mês

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Por meio da Tabela 1 são apresentados dados sobre a renda média mensal, sobre a quantidade de associados, rotatividade e volume de comercialização da associação estudada. Dessa forma é possível constatar que no decorrer dos anos, apesar de haver uma diminuição na quantidade de associados, em função da saída de alguns por conta própria, e como houve uma readequação do processo de trabalho, foi constatado que 13 pessoas dariam conta de realizar todas as atividades de coleta, de triagem, de enfardamento. Um fator de destaque é que as pessoas que estão responsáveis pela gestão (que é anual) também realizam as atividades operacionais.

O aumento da renda se deu em função da busca por melhores compradores dos materiais, evitando os atravessadores, e ainda pelo aumento do volume de material coletado. Mas deve ser ressaltado que a coleta seletiva representa menos de 25% do volume total de resíduos sólidos coletados no município, quando deveria ser de pelo menos 50%, segundo dados apresentados pela secretaria municipal de planejamento e meio ambiente do município onde a associação está sediada. Desta forma, se a separação dos resíduos sólidos domésticos e do comércio fosse feita com qualidade, a associação dobraria o volume coletado, e conseqüentemente teriam que aumentar o número de associados e refletiria na renda de todos.

Todos esses fatores levantados podem ser constatados na fala de um dos associados, que foi entrevistado, quando relata o seguinte:

Quando entrei aqui, entrei como tesoureiro, no lugar da cunhada do C*****, aí a partir do 5 ou 6 meses que estava de tesoureiro, deu uma confusão, que começaram a descobrir falcatura, nas quais eram dívidas que fizeram em nome da associação, o tesoureiro que fez dívida de peça de moto, compra de roupas, dívida com lojas, eram comprados para eles com cheque da associação, um trouço que não podia. Só que o cheque que ele passava era sem fundo, aí esse cheque, foi dar resultado quando entrei aqui, começou a estourar a dívida, começou aparecer cobrança, até um colocou nos na justiça, e a gente deve que pagar, tinha mais a dívida do caminhão que essa aí acho que era da época da R*****, uma dívida trabalhista, que a gente pagou. E a gestão que eu estava, assumiu essa bronca e conseguimos, a gente foi lutando, se apertamos, aí fizemos uma reunião, quando venderam o caminhão, chamei todos e coloquei para eles, temos duas opções sem o caminhão a gente não pode trabalhar, ou nos fechamos ou vamos apertar, já tava ganhando pouco, vamos ganhar menos ainda, era R\$ 250,00 a 300,00, foi difícil, mas aí trabalhamos 1 ano a gente passou, foi aumentando para R\$ 500,00, passo a passo. (A1, 2022).

Com o relato do(a) A1, é possível constatar que em 2017 a cooperativa não estava indo muito bem financeiramente, e para tentar amenizar e organizar cooperativa um bolsista do projeto de extensão da FURG foi designado para auxiliar os gestores(as) na confecção do fluxo de caixa mensal, em uma planilha eletrônica.

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>

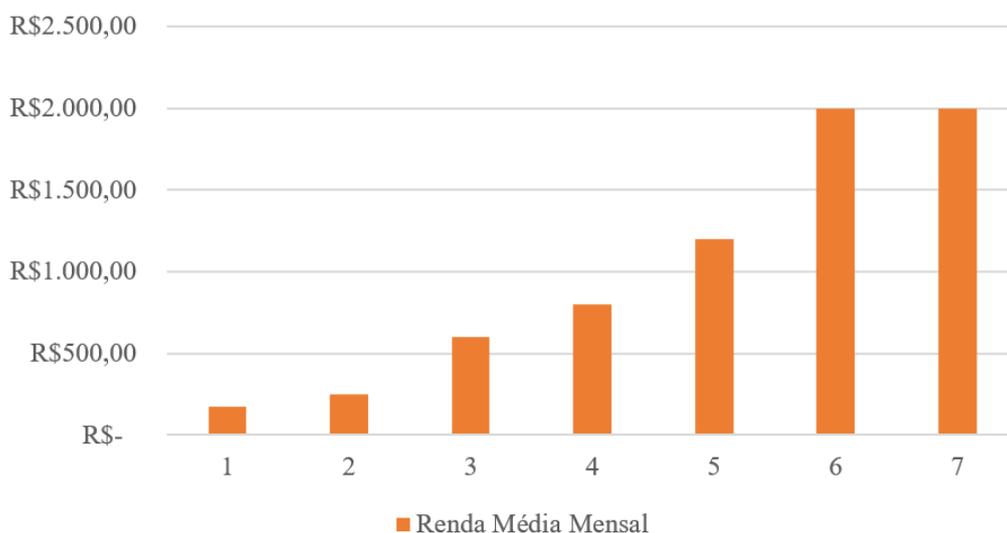


O processo de aprendizagem e reconhecimento que as atividades de gestão eram importantes foi lento, pois dependia da compreensão de todos associados, bem como do compromisso de que todos assumiriam responsabilidade, mesmo não tendo uma chefia.

Com os dados apresentados na Tabela 1, é possível constatar que em 2016 cada associados recebia mensalmente uma média de R\$ 175,00 - o que representava cerca de um quarto do salário-mínimo da época -, os dados de 2022 evidenciam que a remuneração gira em torno de R\$ 2.000,00, 65% acima do vencimento mínimo regulamentado pela lei.

O Gráfico 1 evidencia o crescimento de renda dos associados nos 7 anos em que a associação passou a ser assessorada pela INEESOL.

Gráfico 1: Evolução da Renda Média Mensal dos(as) associados(as)



Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

O crescimento de mais de 500% no valor recebido ultrapassa significativamente o reajuste do salário-mínimo pela inflação. Destaca-se ainda que a partir de 2017 aos associados e as associadas passaram a contribuir regularmente para a previdência social.

Esses dados constatados são reflexos da melhoria dos processos operacionais e de autogestão. Percebemos ainda que houve uma redução de brigas internas, um aumento na confiança e melhoria no ambiente de trabalho. Além disso, houve inúmeras reuniões com a gestão municipal e com o Ministério Público para a melhoria do convênio, com maiores garantias aos trabalhadores e as trabalhadoras da associa-

ção/cooperativa, que culminaram no aumento do subsídio repassado pela Prefeitura à associação⁶, e a integração da associação/cooperativa com a comunidade local, bem como com as empresas do comércio local, e ainda uma relação muito forte com mais de 30 catadores e catadoras autônomos da cidade, pagando um valor mais justo.

A melhoria da remuneração diminuiu a rotatividade dos(as) cooperados(as), visto que a cooperativa tem uma média de 13 cooperados(as), e nos últimos 2 anos a saída deu-se apenas por questões de falecimento ou de doença. Em anos anteriores as saídas normalmente eram em função de o catador ou a catadora conseguir um serviço que remunerava mais, mesmo que essa remuneração fosse sem a carteira assinada. Dentre as informações apresentadas pelos associados e associadas destacam-se as motivações que levaram muitos deles a sair da cooperativa, a baixa renda e a falta de transparência sobre a gestão financeira.

E ao questionarmos os motivos pelos quais atualmente a rotatividade na cooperativa é praticamente inexistente, cooperados(as) que inclusive haviam saído e agora retornaram destacam a melhoria da renda, resultando poder realmente viver com mais qualidade de vida, tanto para o cooperado, como para seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos, neste processo, o fortalecimento dos associados como sujeitos políticos, a partir dos canais de comunicação, que possibilitaram o envolvimento dos sujeitos na dinâmica da organização. Os(as) cooperados(as) passaram a atuar ativamente no empreendimento, demonstrando envolvimento, desenvoltura e passaram a se reunir, com encontros produtivos, expondo suas opiniões nos diversos espaços de construção coletiva que o empreendimento proporciona, seja na organização política, econômica, social, ou seja, fazendo parte das decisões nas diversas esferas do empreendimento.

Ressaltamos ainda, neste processo, a diminuição de rotatividade, a melhoria na formação de um grupo com maior coesão e facilidade de formar acordos comuns, refletindo na tomada de decisões, no ambiente de trabalho saudável, e notória caracterização como empreendimento econômico solidário.

⁶ Esse incremento no valor do convenio foi realizado em 2018, e atualmente estamos em uma nova tratativa com a gestão municipal para atualização dos valores, pois não estão mais atendendo às demandas da cooperativa, pois estão totalmente fora dos valores de mercado.

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>

UMPIERRE, M. B.; ORESTES, M. D.; CALDASSO, L. P. The influence of income and management processes for the reduction of turnover in a collectors' cooperative in the south of Rio Grande do Sul. *ORG & DEMO* (Marília), v. 24, Fluxo Contínuo, e023004.

Abstract : Working in a cooperative is challenging, because in addition to carrying out the activities that the cooperative proposes, it must also carry out its management. When considering the recycling sector, the challenge is even greater, since the people who make up these enterprises are usually on the margins of society and have immediate demands, which require simplified processes for the cooperative to achieve its objectives. In this context, the present work aims to verify the factors that led to the reduction of turnover in a cooperative of waste pickers in the south of Rio Grande do Sul. For this purpose, the cooperative was analyzed for six years. The cooperative is an enterprise incubated at INEESOL at FURG, and over the years of incubation it has gone through several situations, from the improvement of administrative and financial management processes, and of the productive sector. The results point out that the reasons why, currently, rotation in the cooperative is practically non-existent are an increase in income of more than 500%, resulting in a better quality of life for both the cooperative member and their families, access to all financial information and effective participation in decision-making processes.

Keywords: Solidarity Economy, Popular Recycling, Turnover.

Resumén: Trabajar en una cooperativa es un reto, porque además de realizar las actividades que la cooperativa también debe realizar su gestión. Al considerar el sector del reciclaje, el desafío es aún mayor, ya que las personas que integran estas empresas suelen estar al margen de la sociedad y tienen demandas inmediatas, que requieren procesos simplificados para que la cooperativa logre sus objetivos. En este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo verificar los factores que llevaron a la reducción de la rotación en una cooperativa de recicladores en el sur de Rio Grande do Sul. Para ello se analizó la cooperativa durante seis años. La cooperativa es una empresa incubada en INEESOL en la FURG, ya lo largo de los años de incubación ha pasado por diversas situaciones, desde la mejora de los procesos de gestión administrativa y financiera, y del sector productivo. Los resultados apuntan que las razones por las cuales, en la actualidad, la rotación en la cooperativa es prácticamente inexistente son un aumento de los ingresos de más del 500%, redundando en una mejor calidad de vida tanto para los cooperativistas como para sus familias, acceso a toda la información financiera y participación efectiva en los procesos de toma de decisiones.

Palabras clave: Economía Solidaria, Reciclaje Popular, Rotación.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.305**, de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 25 abr. 2018.

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. *In*: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>



FERRARINI, A. V.; VERONESE, M. V. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. **Revista Outra Economia**. São Leopoldo, v. 4, n. 7, p. 131-152, jul./dez., 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 71 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FONTENELLE, I. A. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 92, p. 207-240, 2014.

KIRCHNER, R. M. et. al. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 5, n. 3, p. 221-232, set./dez., 2009.

LISBOA, C. Os que sobrevivem do lixo. **Revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA**. Brasília, DF, **Ano 10, Edição 77, 2013**.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2941:catid=28&Itemid=23#:~:text=S%C3%A3o%20400%20mil%20catadores%20de,brasileiros%20que%20sobrevivem%20do%20lixo. Acesso em: 09 mar. 2023.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, A. B.. **Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível**. Curitiba: Appris, 2012.

MESZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **História do MNCR**. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OLIVEIRA, M. C.; AZEVEDO, A. M. S.; ARAUJO, G. C.. Os sentidos de rotatividade em uma cooperativa de reciclagem. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**. Canoas, v. 3, n. 1, p. 227-243, mar., 2014.

PEREIRA, C. M. G. M. **Economia solidária: uma investigação sobre suas iniciativas**. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PINHEIRO, D. C.; PAES DE PAULA, A. P. Autogestão e Prática Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 14, n. 33, p. 233-266, jan./mar., 2016.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, J. R.. **Do lixo à cidadania**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

SANTOS, E. F. A. **Desafios na implantação e gestão de uma cooperativa de resíduos sólidos em Naviraí-MS**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Administração). Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5024/1/TCC%20FELIPE%20vers%C3%A3o%20p%C3%B3s%20banca.pdf>. Acesso em 09 março de 2023.

SANTOS, R. A.; DEUS, R. M.; BATTISTELLE, R. A. G. Cooperativas de reciclagem: problemáticas e desafios para o desenvolvimento sustentável. **Revista Espacios**, v. 39, n. 26, 2018. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a18v39n26/a18v39n26p04.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

SILVA, S. B. S. **Cooperativismo e economia solidária**: um estudo de caso junto à Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana COOBAFS. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2268).

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Ensaio sobre economia solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

SOUSA, R. R.; PEREIRA, R. D.; CALBINO, D.. Limites e desafios das organizações de catadores: uma análise da ASMARE. **Interações**. Campo Grande, v. 22, n. 2, p. 583-596, abr./jun. 2021.

SOUZA, T. **Organização e estruturação da associação patense de reciclagem visando à coleta seletiva do município de Patos de Minas – MG**. 2014. 89f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Tocantins.

VERONESE, M. V. A economia solidária e a formação de lideranças democráticas. **Revista Diálogo**, n.18, p.97-114, jan./jun., 2011.

VERONESE, M. V.; SCHOLZ, R. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n.2, p.41-64, jul./dez., 2013.

ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre prática. São Carlos: Claraluz, 2011. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf> Acesso em: 14 mai. 2021.

Submetido em: 14/03/2023

Aceito em: 18/05/2023

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023004>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.